ITAREMA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ: 13.234.214/0001-74

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015 (reapresentado)
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	827	180	18.330	108.538
Contas a receber de clientes	7	–	–	14.640	1.809
Adiantamento à fornecedores		772	377	4.471	447
Despesas antecipadas		–	11	836	1.673
Tributos a recuperar	8	763	–	2.294	2.190
Partes relacionadas	15	4.711	–	9	–
Total do circulante		7.073	568	40.580	114.657
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	15	422	7.157	2	3.113
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	–	–	3.035	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	184.484	–	–	–
Tributos a recuperar	8	–	736	3.411	768
Investimento	10	235.425	264.449	–	–
Imobilizado	11	1.599	1.346	967.799	706.739
Intangível	12	2.216	2.295	2.252	2.337
Total do não circulante		424.146	275.983	976.499	712.957
Total do Ativo		431.219	276.551	1.017.079	827.614

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015 (reapresentado)
Circulante					
Fornecedores e outras obrigações	13	209	161	55.530	37.265
Obrigações trabalhistas		47	–	46	–
Obrigações fiscais		604	698	2.528	2.442
Empréstimos e financiamentos	14	83.813	–	107.042	11.407
Partes Relacionadas	15	249	–	293	1.728
Outros contas a pagar		–	155	–	130
Total do circulante		84.922	1.014	165.439	52.972
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	–	–	498.501	499.849
Partes Relacionadas	15	150	753	–	9
Imposto de renda e contribuição Diferidos	22	6.491	6.666	13.483	6.666
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	76.829	–	76.829	–
Total do não circulante		83.470	7.419	588.813	506.524
Patrimônio líquido					
Capital Social	17	308.708	280.663	308.708	280.663
Prejuízos acumulados		(45.881)	(12.545)	(45.881)	(12.545)
Total do Patrimônio Líquido		262.827	268.118	262.827	268.118
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		431.219	276.551	1.017.079	827.614

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015
Receita líquida	18	–	–	115.479	1.641
Custo das vendas	19	–	–	(74.335)	(1.728)
Resultado Bruto		–	–	41.144	(87)
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	20	(2.640)	(5.743)	(31.819)	(15.962)
Ouras despesas operacionais		(17)	–	(430)	–
Resultado da equivalência patrimonial	10	(28.439)	(19.625)	–	–
Resultado operacional		(31.096)	(25.368)	8.895	(16.049)
Receitas financeiras	21	145	28.761	3.997	29.728
Despesas financeiras	21	(2.560)	(193)	(42.445)	(10.479)
Resultado financeiro, líquido		(2.415)	28.568	(38.448)	19.249
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(33.511)	3.200	(29.553)	3.200
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	22	175	(8.772)	(3.783)	(8.772)
Prejuízo do exercício		(33.336)	(5.572)	(33.336)	(5.572)
Prejuízo por ação - R$		(0,11)	(0,02)	(0,11)	(0,02)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Prejuízo do exercício	(33.336)	(5.572)	(33.336)	(5.572)
Itens resultado abrangente	–	–	–	–
Resultado abrangente	(33.336)	(5.572)	(33.336)	(5.572)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		205.005	(6.973)	198.032
Capital social integralizado	17	75.658	–	75.658
Prejuízo do exercício		–	(5.572)	(5.572)
Saldos 31 de dezembro de 2015		280.663	(12.545)	268.118
Capital social integralizado	17	28.045	–	28.045
Prejuízo do exercício		–	(33.336)	(33.336)
Saldos 31 de dezembro de 2016		308.708	(45.881)	262.827

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2016	Consolidado 31/12/2015 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (Prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		(33.511)	3.200	(29.553)	3.200
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Equivalência Patrimonial	10	28.439	19.625	–	–
Ganhos com derivativos	9	–	(19.982)	–	(19.982)
Baixa de imobilizado		194	1.146	368	1.146
Depreciação e amortização	11/12	240	223	28.395	224
Encargos sobre dívidas	21	2.490	–	33.966	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber	7	–	–	(12.831)	(1.809)
Adiantamento à fornecedores		(395)	(270)	(4.024)	(340)
Despesas antecipadas		11	273	837	1.338
Tributos a recuperar	8	(27)	–	(2.747)	(2.190)
Contas a receber partes relacionadas	15	2.024	(6.408)	3.102	(3.150)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores e outras obrigações	13	(60)	189	18.181	32.765
Obrigações fiscais		(94)	(252)	86	1.450
Contas a pagar partes relacionadas	15	(355)	–	(1.444)	–
Juros pagos sobre debentures e empréstimos		(1.391)	(23.778)	(10.674)	(23.778)
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	(2.184)	–	(2.184)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		(2.435)	(28.218)	23.662	(13.310)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado	11	(608)	(735)	(289.738)	(497.470)
Aquisição de ativos intangíveis	12	–	(1.444)	–	(1.533)
Adiantamento para futuro aumento de capital		(184.484)	–	–	–
Aumento de capital em controladas		–	(78.974)	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(185.092)	(81.153)	(289.738)	(499.003)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação empréstimo BNDES	14	–	–	–	511.301
Recebimento instrumento Financeiro derivativo		–	23.374	–	23.374
Integralização de capital	17	28.045	75.707	28.045	75.658
Liquidação de empréstimos		–	(161.562)	(12.306)	(161.562)
Captação empréstimo ponte	14	83.300	68.021	83.300	68.021
Adiantamento para futuro aumento de capital	15	76.829	–	76.829	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		188.174	5.540	175.868	516.792
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		647	(103.831)	(90.208)	4.479
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	180	104.011	108.538	104.059
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	827	180	18.330	108.538
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		647	(103.831)	(90.208)	4.479

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma). **1. Informações Gerais. 1.1. Contexto Operacional:** A Itarema Geração de Energia S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações, constituída no Brasil em 1º de janeiro de 2011, com sede em Fortaleza-CE e iniciou suas atividades como uma sociedade holding originadora de projetos eólicos. A Companhia passou a ser controlada integralmente por Ipanema Geração de Energia e Participações S.A. em 16 de junho de 2013, passando a fazer parte do grupo Rio Energy, um grupo fundado em 2012 comprometido com o futuro sustentável por meio do desenvolvimento, construção e operação de projetos de geração de energia renovável. Atualmente, a Companhia possui nove subsidiárias integrais ("Grupo"), constituídas sob a forma de sociedades de propósito específico, que juntas detêm o Complexo Eólico Itarema, composto por 9 (nove) parques eólicos com capacidade instalada total de 207 MW, localizados no município de Itarema, no Estado do Ceará. O portfólio da Companhia, detido por meio das subsidiárias, consiste nas seguintes usinas eólicas:

Central Geradora Eólica	Leilão	Potência Instalada (MW)	Energia Vendida (MW médio)	Garantia Física (MW médio)
Itarema I	09/ 2013 (A-3/ 2013)	27,00	13,50	14,60
Itarema II	09/ 2013 (A-3/ 2013)	27,00	13,00	13,90
Itarema III	09/ 2013 (A-3/ 2013)	15,00	7,60	8,10
Itarema IV	03/ 2014 (A-3/ 2014)	21,00	9,40	11,10
Itarema V	09/ 2013 (A-3/ 2013)	21,00	9,40	10,70
Itarema VI	03/ 2014 (A-3/ 2014)	24,00	12,30	12,20
Itarema VII	03/ 2014 (A-3/ 2014)	21,00	10,70	10,90
Itarema VIII	03/ 2014 (A-3/ 2014)	21,00	9,30	10,20
Itarema IX	03/ 2014 (A-3/ 2014)	30,00	9,10	15,30
Total		207,00	94,30	107,00

As subsidiárias da Companhia sagraram-se vencedoras no âmbito dos leilões A-3 de 2013 (fase 1) e 2014 (fase 2), promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, tendo comercializado toda a energia, ao preço médio de R$128,95/MWh e R$133,43/MWh, respectivamente, a ser gerada para as distribuidoras de energia que participaram de tais leilões como compradoras. Foram celebrados Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs entre cada subsidiária e as compradoras de energia, todos com prazo de 20 anos. As usinas estão conectadas no Sistema Interligado Nacional ("SIN") através da subestação Acaraú (CHESF, em operação), distante 26,5 km do Complexo Eólico Itarema. Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo consolidado no montante R$124.859, decorrente principalmente de endividamento de curto prazo incorrido para financiar as obras de construção das usinas eólicas. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação e entende que as suas operações serão conduzidas normalmente considerando além os contratos de venda de energia celebrado no âmbito do CCEAR, conforme descrito acima, uma emissão de Debentures de infraestrutura no primeiro semestre de 2017 para compor o financiamento de longo prazo dos projetos. Além disso, eventuais investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas controladores ou financiamentos obtidos junto a instituições do mercado. O início das operações, para cada central gerador, está detalhado no quadro abaixo:

Central Geradora Eólica	Unidades Geradoras	Início da Operação em Teste	Início da Operação Comercial	Início do Suprimento Regulatório
Itarema I	9	Unidades 6 a 9 em: 10 de fevereiro de 2016 Unidades 1 a 5 em: 23 de fevereiro de 2016	Todas as unidades em 1º de abril de 2016	2 de maio de 2016
Itarema II	9	Unidades 2 a 7 em: 17 de dezembro de 2015 Unidade 1 em: 01 de fevereiro de 2016 Unidades 8 e 9 em: 10 de março de 2016	Unidades 2 a 7 em: 23 de fevereiro de 2016 Unidade 1 em: 4 de março de 2016 Unidades 8 e 9 em: 1º de abril de 2016	2 de maio de 2016
Itarema III	5	Todas as unidades em: 17 de março de 2016	Todas as unidades em: 7 de abril de 2016	2 de maio de 2016
Itarema IV	7	Todas as unidades em: 25 de maio de 2016	Todas as unidades em: 27 de julho de 2016	1º de janeiro de 2017
Itarema V	7	Todas as unidades em: 15 de dezembro de 2015	Todas as unidades em: 1º de janeiro de 2016	1º de janeiro de 2016
Itarema VI	8	Todas as unidades em: 25 de maio de 2016	Todas as unidades em: 27 de julho de 2016	1º de janeiro de 2017
Itarema VII	7	Todas as unidades em: 25 de maio de 2016	Todas as unidades em: 27 de julho de 2016	1º de janeiro de 2017
Itarema VIII	7	Todas as unidades em: 27 de junho de 2016	Todas as unidades em: 27 de julho de 2016	1º de janeiro de 2017
Itarema IX	10	Todas as unidades em: 25 de maio de 2016	Todas as unidades em: 29 de julho de 2016	1º de janeiro de 2017

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 20 de março de 2017.

1.2. Base de preparação a apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. **(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC. Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas, coligadas e *joint ventures* nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS, emitidas pelo IASB. **(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As normas novas e alterações de normas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2017 não terão impacto material para o Grupo. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de alguns instrumentos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.1. Consolidação:** A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 10. **2.2. Apresentação de informações por segmentos:** As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo. A Companhia e suas controladas possuem apenas um segmento, que é a sua unidade de negócio estratégico, geração de energia. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Ativos financeiros. 2.5.1. Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **2.5.2. Reconhecimento e mensuração:** Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. Para ativos mensurados ao custo amortizado, o Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **2.6. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de hedge nos casos de adoção da contabilidade de hedge (*hedge accounting*). Em virtude de o Grupo não adotar como política a contabilidade de hedge, as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado. **2.7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*). **2.8. Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue: **Ativos: Anos;** Obras civis, edificação, Aerogerador, Linha de transmissão, infraestruturas elétricas: 20; Máquinas e equipamentos: 10; Veículos: 5; Móveis e utensílios: 10. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. O ativo imobilizado esta composto principalmente por obras civis, edificação, Aerogerador, Linha de transmissão, infraestruturas elétricas representando o complexo eólico são depreciadas com base na vida útil ou prazo contratual, dos dois o menor. **2.9. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). **2.10. Demais ativos e passivo circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **2.11. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos correspondem principalmente a empréstimo ponte e empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Eles são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.13. Reconhecimento da receita. a) Venda de energia elétrica:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração e comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, líquidas dos descontos. **b) Receita financeira:** A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **2.14. Normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. **IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**: aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração entende que as novas orientações do IFRS 9 não trarão impacto significativo na classificação e mensuração dos seus ativos financeiros, bem como na contabilização das relações de hedge. O Grupo ainda não concluiu a avaliação detalhada de como as provisões de impairment serão afetadas pelo novo modelo. Embora não se espere um impacto relevante, a sua aplicação irá provavelmente antecipar o reconhecimento de perdas. **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"**: essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma, mas já identificou as principais áreas que serão afetadas: - Registros de certos custos incorridos no cumprimento do contrato – certos custos atualmente registrados diretamente na demonstração de resultado poderão ser ativados, nos termos do IFRS 15. **2.15. Operações de compra e venda de Energia Elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE:** Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente. **2.16. Reapresentação:** A Administração da Companhia, após reavaliação de determinados temas e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu aos seguintes ajustes de exercício anteriores no seu balanço patrimonial e fluxo de caixa consolidados de 31 de dezembro de 2015, originalmente emitidas em 23 de maio de 2016. conforme demonstrado a seguir, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro". As mudanças efetuadas não alteram as demonstrações de resultado, o patrimônio líquido e o prejuízo do exercício. As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. O impacto no balanço patrimonial consolidado está demonstrado a seguir:

Balanço patrimonial	Consolidado 31 de dezembro de 2015 Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo			
Circulante	112.467	2.190	114.657
Não circulante	731.973	(19.016)	712.957
Total do ativo	844.440	(16.826)	827.614
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	63.762	(10.790	52.972
Não circulante	512.560	(6.036)	506.524
Patrimônio líquido	268.118	–	268.118
Total do passivo e patrimônio líquido	844.440	(16.826)	827.614

	Consolidado 31 de dezembro de 2015 Original	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(595)	(12.715)	(13.310)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(518.019)	19.016	(499.003)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	523.093	(6.301)	516.792
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	4.480	–	4.479

Os ajustes relacionados referem-se a retificação de erro (i) no registro de crédito de pis e cofins sobre aquisição de ativo imobilizado no montante de R$2.190, que estavam registrados no ativo imobilizado e foram reclassificados para o ativo circulante; (ii) fornecedores de ativo imobilizado registrados a maior no montante de R$10.525, relativos a provisões que não haviam sido estornadas tempestivamente; (iii) custo de transação de empréstimos registrados anteriormente como adição do ativo imobilizado no montante de R$6.301 e que foram reclassificadas para o passivo circulante como redutoras dos respectivos empréstimos que lhes deram origem. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31/12/2014 não sofreram impacto e desta forma permanecem inalteradas. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos**: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. **Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Não há outras estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. **4. Gestão de risco financeiro. 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de inflação, risco de preço de liquidação das diferenças, "PLD"), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. A gestão de risco é realizada pela tesouraria do Grupo, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria Executiva. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. ***(a) Risco de mercado.*** **(i) Risco de taxa de juros:** O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros em decorrência de empréstimos de longo prazo por ele celebrados cujas obrigações financeiras estão atreladas a taxa flutuante denominada Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), definida pelo Conselho Monetário Nacional ("CMN"). Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas mantinham 100% de seus financiamentos de longo prazo atrelados à TJLP, correspondendo a R$ 521.730 mil (Nota 14). A TJLP oficial no final dos exercícios de 2015 e 2016 foram, no Brasil, de, 7,5% e 7% ao ano, respectivamente, e caso venha a aumentar as taxas de juros, ou tomar outras medidas de política monetária que resultem no aumento efetivo da TJLP, os encargos pagos pelas dívidas aumentarão, o que pode afetar adversamente os seus negócios e seus resultados. **(ii) Risco de inflação:** O Grupo está sujeito ao risco de inflação devido ao fato de grande parte de suas receitas e despesas operacionais estarem atreladas ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia tinha 100% de suas receitas atreladas ao IPCA. As taxas de inflação medidas por esse índice no final dos exercícios de 2016 e 2015 foram, no Brasil, de 6,29% e, 10,67% ao ano, respectivamente. Caso haja aumento da inflação, os encargos pagos em relação às receitas aumentarão o que poderá afetar positivamente os seus negócios e seus resultados. O Grupo está sujeito ao risco do PLD. Os contratos de compra e venda de energia celebrados pelo Grupo preveem mecanismos onde geração de energia é apurada anualmente e em ciclos de quatro anos. Quando a geração acumulada em determinado ano estiver acima da banda superior estabelecida, liquida-se o excedente a esta banda com base no preço de liquidação das diferenças. Analogamente, quando a geração acumulada em determinado ano estiver abaixo da banda inferior, liquida-se o montante inferior a essa banda ao máximo entre o valor de contrato e o PLD médio do período. **(iii) Risco de preço de liquidação das diferenças ("PLD"):** O PLD é um valor calculado semanalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e utilizado primordialmente para a liquidação do mercado de curto prazo realizada pela CCEE. O PLD tem seu valor máximo e mínimo estabelecidos anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). Para fins de referência, o teto e piso do PLD para o ano de 2016 foram estabelecidos, respectivamente, em R$533,82/MWh e R$33,68/MWh. **(b) Risco de crédito:** O Grupo está exposto à possibilidade de não receber os valores que lhe são devidos, seja dos seus clientes ou aqueles relacionados às aplicações financeiras. O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que a administração de referidos instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela administração do Grupo. O Grupo não efetua aplicações em caráter especulativo. O Grupo gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas adotadas pela sua administração. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas vis-à-vis condições vigentes no mercado. Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **(c) Risco de liquidez:** A Companhia está exposta à capacidade de suas controladas e controladoras de liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade de pagamento, a previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar um caixa suficiente para atender aos compromissos da Companhia. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros do Grupo. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados.

Controladora	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores e outras obrigações	209	–	–	–
Empréstimo ponte	83.813	–	–	–
Partes Relacionadas	249	150	–	–
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores e outras obrigações	161	–	–	–
Partes Relacionadas	–	753	–	–

Consolidado	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores e outras obrigações	55.530	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	107.042	33.016	99.044	366.442
Partes Relacionadas	249	150	–	–
Em 31 de dezembro de 2015				
Fornecedores e outras obrigações	37.265	–	–	–
Empréstimos e financiamentos	11.407	44.103	137.751	317.995
Partes Relacionadas	1.728	5.186	–	–

(d) Análise de sensibilidade: A tabela a seguir detalha a sensibilidade do Grupo à variação das taxas de juros de aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2016. A análise de sensibilidade foi calculada considerando redução e aumento do CDI e da TJLP, em 1%, para um período de 12 meses. Adicionalmente, foram incluídas sensibilidades em dois outros cenários, cenários I e II, com 25% (1,25) e 50% (1,50) acima do cenário considerado razoável, respectivamente.

	Risco	Saldo em 31/12/16	Cenário razoável	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	Aumento ou redução de 1% no CDI	6.352	64	246	487
Empréstimos e financiamentos	Aumento ou redução de 1% na TJLP	(521.730)	(5.217)	(11.198)	(22.174)
Impacto no resultado e patrimônio líquido			(5.153)	(10.952)	(21.687)

4.2. Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível consolidado. **4.3. Mensuração do valor justo:** A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, entre os Níveis 1 a 3, como descrito abaixo, com base no grau observável da apuração do valor justo: • Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas através de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). • Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Companhia e suas controladas classificam suas aplicações financeiras e empréstimo e financiamentos e debêntures, nos montantes de R$6.352 e R$605.453, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016, e nos montantes de R$103.804 e R$511.261, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015 como sendo mensurações de valor justo de Nível 2. **5. Instrumentos financeiros por categoria.** A classificação dos ativos financeiros da Companhia e suas controladas por categoria é a seguinte:

Controladora – Em 31 de dezembro de 2016	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalente de caixa	370	–	–	370
Aplicações Financeiras	457	–	–	457
Adiantamento a fornecedores	772	–	–	772
	1.599	–	–	1.599
Fornecedores e outras obrigações	–	–	209	209
Empréstimos e financiamentos	–	–	83.813	83.813
	–	–	84.022	84.022

Consolidado – Em 31 de dezembro de 2016	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalente de caixa	11.978	–	–	11.978
Aplicações financeiras	6.351	–	–	6.351
Contas a receber de clientes	14.640			14.640
Adiantamento a fornecedores	4.471	–	–	4.471
	37.440	–	–	37.440
Fornecedores e outras obrigações	–	–	55.530	55.530
Empréstimos e financiamentos	–	–	605.543	605.543
	–	–	661.073	661.073

Controladora – Em 31de dezembro de 2015	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalente de caixa	180	–	–	180
Aplicações Financeiras	–	–	–	–
Adiantamento a fornecedores	377	–	–	377
	557	–	–	557
Fornecedores e outras obrigações	–	–	161	161
Empréstimos e financiamentos	–	–	–	–
	–	–	161	161

Consolidado – Em 31 de dezembro de 2015	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo	Outros passivos financeiros	Total
Caixa e equivalente de caixa	103.804	–	–	103.804
Aplicações financeiras	4.734	–		4.734
Contas a receber de clientes	1.809	–	–	1.809
Adiantamento a fornecedores	447	–	–	447
	110.794	–	–	110.794
Fornecedores e outras obrigações	–	–	37.265	37.265
Empréstimos e financiamentos	–	–	511.256	511.256
	–	–	548.521	548.521

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Caixa e bancos	370	180	11.978	4.734
Aplicações financeiras de liquidez imediata	457	–	6.352	103.804
	827	180	18.330	108.538

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB) com liquidez diária, sem perda de valor em caso de resgate antecipado e indexado à 98% do CDI.

7. Contas a receber de clientes

	Controladora e Consolidado 2016	2015
Contas a receber de clientes (a)	10.711	–
Comercialização de Energia CCEE (b)	3.929	1.809
	14.640	1.809

(a) Refere-se aos contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEARs. (b) O saldo de contas a receber "Comercialização de Energia CCEE" refere-se a recebíveis anteriores aos contratos de suprimento regulatório, comercializados no âmbito da CCEE. A Administração constitui provisão para crédito de liquidação duvidosa com base na análise individual sobre prováveis perdas de créditos a vencer e vencidos. Em 31 de dezembro de 2016 inadimplência do contas a receber era de 0,38%. O prazo estimado de recebimento é de até 3 meses.

8. Tributos a recuperar

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015 (Reapresentado)
IRPJ e CSLL estimativa	–	–	98	–
IRRF sobre aplicação financeira	93	641	845	646
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	653	78	653	78
PIS e COFINS	–	–	3.652	2.190
Outros impostos	17	17	457	44
	763	736	5.705	2.958
Circulante	763	–	2.294	2.190
Não circulante	–	736	3.411	768
	763	736	5.705	2.958

9. Instrumento financeiro derivativo. *Contratos de compra de opção de câmbio a termo.* Em 22 de setembro de 2014, a controladora contratou um instrumento financeiro derivativo, contrato de opção de compra de Euro, a um preço de exercício de R$ 3,385 para o valor nominal de 31.082 Euros, pagando um prêmio de R$ 6.055 para exercer a opção em 2 de setembro de 2015. O instrumento financeiro derivativo foi contratado para proteção dos pagamentos ao principal fornecedor do Grupo, responsável pela construção do parque eólico. Em 2 de setembro de 2015, momento da liquidação do contrato, o ganho acumulado da operação totalizou R$ 23.373, sendo reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 o valor de R$ 19.982 (Nota 21). **10. Investimentos. (a) Movimentação dos investimentos**

Em 1º de janeiro de 2015	159.434
Integralização de capital	104.966
Custos financeiros sobre controladas (i)	19.674
Participação nos resultados de controladas	(19.625)
Em 31 de dezembro de 2015	264.449
Integralização de capital	1
Encargos financeiros amortizados (i)	(586)
Participação nos resultados de controladas	(28.439)
Em 31 de dezembro de 2016	235.425

(i) Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os custos financeiros capitalizados no investimento no montante de R$23.730 referem-se a juros e encargos das debêntures realizados na controladora para financiamento da construção dos ativos das controladas. A capitalização foi efetuada para fins de equalização de prática contábil. Em 31 de dezembro de 2016 os encargos amortizados totalizarem o montante de R$586. **b) Resumo das informações financeiras.** O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas.

Nome	% Participação	2016 Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo
Eólica Itarema I	100%	148.854	118.685	30.169	(6.384)
Eólica Itarema II	100%	126.593	102.922	23.672	(2.085)
Eólica Itarema III	100%	73.652	61.452	12.200	(1.444)
Eólica Itarema IV	100%	102.202	81.443	20.759	(2.126)
Eólica Itarema V	100%	91.332	66.661	24.671	(1.032)
Eólica Itarema VI	100%	118.308	99.197	19.111	(2.675)
Eólica Itarema VII	100%	104.199	84.129	20.070	(2.973)
Eólica Itarema VIII	100%	118.105	92.100	26.005	(3.306)
Eólica Itarema IX	100%	169.705	134.080	35.625	(6.414)
		1.052.950	840.669	212.282	(28.439)

b) Resumo das informações financeiras

Nome	% Participação	2015 Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Prejuízo
Eólica Itarema I	100%	117.675	81.122	36.553	(3.751)
Eólica Itarema II	100%	103.936	78.180	25.756	(2.454)
Eólica Itarema III	100%	60.553	46.908	13.645	(1.515)
Eólica Itarema IV	100%	82.643	59.759	22.884	(1.995)
Eólica Itarema V	100%	85.782	60.078	25.704	(1.973)
Eólica Itarema VI	100%	91.767	69.981	21.786	(2.056)
Eólica Itarema VII	100%	84.076	61.033	23.043	(1.812)
Eólica Itarema VIII	100%	77.021	47.710	29.311	(1.698)
Eólica Itarema IX	100%	109.408	67.368	42.040	(2.371)
		812.861	572.139	240.722	(19.625)

11. Imobilizado

Controladora	Terrenos	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Imobilizado em Andamento	Total Imobilizado
Em 31 de dezembro de 2014	–	1.029	30	315	546	1.920
Adições	454	280	1	–	–	735
Depreciação	–	(84)	(3)	(77)	–	(164)
Baixas	–	(599)	–	–	(546)	(1.145)
Em 31 de dezembro de 2015	454	626	28	238	–	1.346
Adições	–	83	–	71	454	608
Depreciação	–	(123)	(2)	(36)	–	(161)
Baixas	–	–	(1)	(193)	–	(194)
Em 31 de dezembro de 2016	454	586	25	80	454	1.599

11. Imobilizado

Consolidado	Terrenos	Obras Civis	Infraestruturas Elétricas	Linha de Transmissão	Aerogerador	Outros imobilizados	Obras Civis (Edificação)	Imobilizado em Andamento	Custo financeiro	Total Imobilizado
Em 31 de dezembro de 2014	–	–	–	–	–	1.373	–	177.867	9.896	189.136
Adições	454	–	–	–	–	281	–	497.788	20.389	518.912
Depreciação	–	–	–	–	–	(163)	–	–	–	(163)
Baixas	–	–	–	–	–	(599)	–	(547)	–	(1.146)
Em 31 de dezembro de 2015 (reapresentado)	454	–	–	–	–	892	–	675.108	30.285	706.739
Adições	–	2.882	5.816	–	141.708	3.571	2.974	114.173	18.614	289.738
Transferências	–	11.953	53.634	11.673	606.738	27.409	77.420	(788.827)	–	–
Depreciação	–	(513)	(2.024)	(379)	(21.827)	(1.088)	(2.479)	–	–	(28.310)
Baixas	–	–	–	–	(175)	(193)	–	–	–	(368)
Em 31 de dezembro de 2016	454	14.322	57.426	11.294	726.444	30.591	77.915	454	48.899	967.799

12. Intangível

	Controladora Adições	Controladora Amortização	Controladora Total	Consolidado Adições	Consolidado Amortização	Consolidado Total
Em 31 de dezembro de 2014	918	–	918	918	–	918
Servidão de passagem	1.444	(67)	1.377	1.487	(68)	1.419
Em 31 de dezembro de 2015	2.362	(67)	2.295	2.405	(68)	2.337
Servidão de passagem	–	(79)	(79)	–	(85)	(85)
Em 31 de dezembro de 2016	2.362	(146)	2.216	2.405	(153)	2.252

13. Fornecedores e outras obrigações

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015 (reapresentado)
Fornecedores e outras obrigações	209	161	55.530	37.265
	209	161	55.530	37.265

O contas a pagar com fornecedores referem–se principalmente (i) a aquisição de serviços, materiais e equipamentos, aplicados na construção e operação dos parques eólicos e (ii) provisões de prestação de serviços e aquisição de materiais e equipamentos ainda não faturados aplicados na construção e operação dos parques eólicos.

14. Empréstimos e Financiamentos:

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015 (reapresentado)
Empréstimos e financiamentos	–	–	23.229	11.407
Empréstimo ponte	83.813	–	83.813	–
Passivo Circulante	83.813	–	107.042	11.407
Empréstimos e financiamentos	–	–	498.501	499.849
Passivo não circulante	–	–	498.501	499.849

Empréstimo ponte: A Companhia captou empréstimo ponte via emissão 8.330 debêntures simples em 30 de setembro de 2016, não conversíveis em ações, com valor unitário de R$10.000,00 (dez mil reais), com vencimento original em 27 de março de 21017, cuja colocação foi feita por meio de oferta privada com esforços restritos de distribuição para cumprir com obrigações contratuais de curto prazo relativas a construção dos parques eólicos. Os juros provisionados e não pagos sobre debêntures em 31 de dezembro de 2016 totalizavam R$ 1.897. Sobre o valor nominal incidiram juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros capitalizadas com uma sobretaxa de 1,65% expressa na forma percentual ao ano. A remuneração foi calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário, desde a data de emissão até a data de vencimento. **Empréstimos – BNDES:** Em 15 de outubro de 2015, foi contratado um financiamento de longo prazo junto ao BNDES (vencimento junho de 2033). O valor total do financiamento aprovado foi de R$ 652.552, sendo R$ 96.795 pela Eólica Itarema I S.A., R$ 86.921 pela Eólica Itarema II S.A., R$ 49.958 pela Eólica Itarema III S.A. e R$ 62.563 pela Eólica Itarema V S.A., sob os quais incidirão juros de 2,45% ao ano a título de remuneração, acima da TJLP. O restante é assim composto: R$ 67.054 pela Eólica Itarema IV S.A., R$ 77.812 pela Eólica Itarema VI S.A., R$ 66.856 pela Eólica Itarema VII S.A., R$ 59.538 pela Eólica Itarema VIII S.A. e R$ 85.025 pela Eólica Itarema IX S.A., sob os quais incidirão juros de 2,45% ao ano a título de remuneração, acima da TJLP. Do valor contratado, em 25 de novembro de 2015 já foram captados R$ 512.862. Os encargos financeiros não pagos em 31 de dezembro de 2016 totalizam R$39.466 (R$ 4.693 em 31 de dezembro de 2015). Como garantia do pagamento dos empréstimos, o Grupo apresentou (i) os direitos emergentes dos contratos de fornecimento e de operação e manutenção das turbinas e dos CCEARs, incluindo os direitos creditórios decorrentes das autorizações concedidas por meio de portarias emitidas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") para produção independente de energia; (ii) as turbinas e a totalidade das ações; e (iii) cessão fiduciária dos direitos de crédito a elas relacionados, inclusive os recursos nelas depositados. A exposição dos empréstimos e debêntures do Grupo, possui o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015 (reapresentado)
Menos de um ano	83.813	–	107.042	11.407
Entre um e dois anos	–	–	33.016	44.103
Entre dois e cinco anos	–	–	99.044	137.751
Acima de cinco anos	–	–	366.441	317.995
	83.813	–	605.543	511.256

Custo de transação: Os custos de captação da dívida, compreendendo comissões pagas a agentes financeiros (bancos coordenadores) responsáveis pela captação foram contabilizados em conta redutora de empréstimo no período como custo de transação, conforme o pronunciamento contábil CPC 08 – custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários. Tais gastos são amortizados no mesmo período dos débitos correspondentes. Em 31 de dezembro de 2016 o saldo em aberto de custo de transação é de R$29.994. Índice de cobertura da dívida: A dívida obtida junto ao BNDES possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros, calculados a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida do ano de referência com base em informações financeiras registradas nas Demonstração financeiras anuais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas controladas estão desobrigadas a atingir os indicadores requeridos contratualmente.

15. Partes relacionadas:

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015 (reapresentado)
Eólica Itarema I S.A.	21.599	–	–	–
Eólica Itarema II S.A.	12.299	–	–	–
Eólica Itarema III S.A.	12.255	–	–	–
Eólica Itarema IV S.A.	14.673	–	–	–
Eólica Itarema V S.A.	6.182	–	–	–
Eólica Itarema VI S.A.	18.331	–	–	–
Eólica Itarema VII S.A.	19.345	–	–	–
Eólica Itarema VIII S.A.	30.590	–	–	–
Eólica Itarema IX S.A.	49.210	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	184.484	–	–	–
Contas a receber – Compartilhamento (a)	4.704	7.157	–	–
Outros contas a receber	429	–	11	3.113
Total de contas a receber	189.617	7.157	11	3.113
Adiantamento para futuro aumento de capital	76.829	–	76.829	–
Compra de energia (b)	–	–	–	1.728
Outros contas a pagar	399	753	293	9
Total contas a pagar	77.228	753	77.122	1.737

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: (a) A Companhia possui contrato compartilhamento por meio do qual estabeleceram uma estrutura operacional de comunhão de esforços para compartilhamento de custos e despesas necessários a implementação do projeto e gerados por recurso e negócios administrativos mantidos em comum. (b) A Companhia registrou compra de lastro de energia pelas empresas Itarema II e Itarema III da Eólica Caetité C S.A., companhia controlada indireta da Rio Energy Fundo de Investimento em Participações, para garantir o lastro de energia para o ano de 2016, dado que o lastro energia é auferido pela média móvel dos últimos 12 meses. Dessa forma, o custo registrado na consolidação corresponde a operação entre empresas do mesmo grupo econômico. O lastro de energia foi comprado com base em termos e condições comerciais registrados na Câmara Comercializadora de Energia Elétrica. **16. Provisões: Passivo contingente:** O Companhia não tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como provável e possível, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. **17. Patrimônio líquido: Capital social:** Em 31 de dezembro de 2016, o capital social integralizado da Companhia é de R$ 308.708 tendo a Ipanema Geração de Energia e Participações S.A. 100% das ações e sendo sua controladora integral, onde as ações estão distribuídas seguinte forma:

	Quantidade de ações – milhares	Capital	Total
Em 31 de dezembro de 2014	205.005	205.005	205.005
Ações emitidas	87.658	87.658	87.658
Redução Ações	(12.000)	(12.000)	(12.000)
Em 31 de dezembro de 2015	280.663	280.663	280.663
Ações emitidas	28.045	28.045	28.045
Em 31 de dezembro de 2016	308.708	308.708	308.708

18. Receita Líquida: A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é como segue:

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Receita operacional – Geração de energia	–	–	127.001	1.809
Impostos sobre vendas	–	–	(11.522)	(168)
	–	–	115.479	1.641

19. Custo das vendas

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Custo com serviços de operação e manutenção	–	–	(9.293)	(935)
Custo de transmissão de energia	–	–	(36.845)	(793)
Depreciação e amortização	–	–	(28.188)	–
Outros custos	–	–	(9)	–
	–	–	(74.335)	(1.728)

20. Despesas gerais e administrativas

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015
Publicidade	(62)	–	(398)	–
Salários e encargos sociais	(39)	–	(2.105)	(1.560)
Serviços de terceiros (a)	(1.230)	(1.737)	(9.063)	(5.638)
Aluguel e manutenção	(30)	–	(1.767)	–
Viagens	(46)	–	(293)	(585)
Impostos e taxas	(482)	(3.566)	(956)	(4.415)
Depreciação e amortização	(220)	(223)	(249)	(223)
Outras despesas gerais (b)	(531)	(217)	(16.988)	(3.541)
	(2.640)	(5.743)	(31.819)	(15.962)

(a) Refere-se principalmente a gastos com contabilidade, consultorias e advogados. (b) Refere-se principalmente a gastos relacionados ao período de construção dos projetos eólicos.

21. Resultado financeiro, líquido:

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015 (reapresentado)
Juros e variação monetária sobre empréstimo do BNDES	(1.904)	–	(33.380)	–
Juros sobre empréstimo ponte	(586)	(59)	(586)	(100)
Outros Juros, Tarifa e Impostos	(70)	(134)	(8.479)	(10.379)
Despesas financeiras	(2.560)	(193)	(42.445)	(10.479)
Receitas sobre aplicação financeira	138	8.779	3.142	9.747
Ganho na liquidação de instrumento financeiro (nota 9)	–	19.982	–	19.981
Descontos obtidos	7	–	855	–
Receitas financeiras	145	28.761	3.997	29.728
Resultado financeiro, líquido	(2.415)	28.568	(38.448)	19.249

22. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: O imposto sobre o lucro do Grupo, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota padrão. A conciliação entre a despesa total calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social debitadas no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é demonstrada como segue:

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015 (reapresentado)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(33.511)	3.200	(29.553)	3.200
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(11.394)	(1.088)	(10.048)	(1.088)
Diferenças permanentes líquidas				
– Participação no resultado de controladas	9.669	(6.672)	–	–
– Diferença temporária de juros sobre empréstimos	–	(1.012)	–	(1.012)
	1.900	–		
Ativo fiscal sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de controladas não constituído	–	–	6.265	(6.672)
	175	(8.772)	(3.783)	(8.772)

	Controladora 2016	Controladora 2015	Consolidado 2016	Consolidado 2015 (reapresentado)
Imposto corrente				
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	–	(2.106)	–	(2.106)
Total do imposto corrente	–	(2.106)	–	(2.106)
Imposto diferido				
Ativo base negativa	–	–	3.035	–
Diferenças temporárias – Juros sobre empréstimos	175	(6.666)	(6.818)	(6.666)
Total do imposto diferido	175	(6.666)	(3.783)	(6.666)
Despesa de imposto de renda	175	(8.772)	(3.783)	(8.772)

Em 31 de dezembro de 2016 a Controladora possui imposto de renda registrado no passivo no montante R$6.491 (R$13.483 no Consolidado) proveniente de juros capitalizados sobre empréstimo. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação dos prejuízo fiscal e base negativa, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Desta forma, as subsidiárias Itarema IV, Itarema VI, Itarema VII, Itarema VIII e Itarema IX avaliaram o reconhecimento dos créditos tributários para aquela parcela considerada como sendo provável de recuperação sobre prejuízos fiscais e base negativa pelos próximos 4 anos. Prazo este em linha com o planejamento tributário das subsidiários que após o referido período passarão do lucro real para lucro presumido. Demais subsidiárias já optaram pelo lucro presumido a partir de 2017 e consequentemente não reconheceram crédito fiscal diferido. A Companhia e suas controladas com base no estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros estimam recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	Consolidado
2019	600
2020	1.474
2021	961
	3.035

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social em 31 de dezembro de 2016 montam R$ 56.550 (R$19.147 em 31 de dezembro de 2015). **23. Seguros:** O Grupo possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá–los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura
Patrimônio	Incêndio/raio/explosão/danos elétricos/vendaval a fumaça/lucros cessantes	1.065.126

Adicionalmente, a Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil cujo o montante segurado é de aproximadamente R$10.000. **24. Eventos subsequentes:** Em janeiro de 2017 a Companhia liquidou antecipadamente empréstimo ponte mencionado na nota explicativa 14. Em 5 de janeiro de 2017 foi captado o saldo de R$137.910, restando o saldo remanescente de R$1.780 a ser captado até o primeiro semestre de 2017 do empréstimo do BNDES mencionado na nota explicativa 14. Em janeiro de 2017 as controladas em conjunto devolveram o equivalente a R$83 milhões de adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 15). **25. Reconciliação para o US–GAAP (não auditado):** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A administração entende que as práticas contábeis adotadas pela Companhia não geram diferenças em relação aos princípios geralmente aceitos nos Estados Unidos (US–GAAP).

Diretores responsáveis: Marcos Ferreira Meireles e Alexandre Lima Nogueira

Contador: Luis Carlos Patrão Novo - CRC 1RJ 076580/O-3

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Aos Administradores e Acionistas Itarema Geração de Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Itarema Geração de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Itarema Geração de Energia S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itarema Geração de Energia S.A. e da Itarema Geração de Energia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras que descreve que a Companhia está parcialmente em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto de continuidade normal de suas atividades. Nesse contexto, a realização dos seus ativos e a reversão do cenário de prejuízos acumulados dependem do êxito na geração de energia para atendimento à demanda comercializada no leilão. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes em virtude dessa incerteza. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 22 de março de 2017. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes - CRC 2SP000160/O-5 "S" CE - Maria Salete Garcia Pinheiro - Contadora CRC 1RJ048568/O-7 "S" CE.